

DIPLOMACIA FEDERATIVA: O CASO DE MATO GROSSO

Luis Henrique Soares Gato*

RESUMO

O presente artigo faz uma breve reflexão acerca das ações internacionais do estado de Mato Grosso

(MT) no período entre 1995-2010. Reflete também sobre o limite das unidades da federação para agir no cenário internacional, bem como as relações das mesmas com o governo federal. Tal análise

foca MT, por ser este, um estado com forte atuação no contexto internacional, seja por ser, um grande exportador de *comodites*, ou por fazer divisa com a Bolívia, país com o qual mantém relações com certa frequência.

Palavras chave: Diplomacia Federativa, Relações Internacionais, Mato Grosso.

ABSTRACT

This essay brings a brief reflexion on the international actions taken by the state of Mato Grosso –MT, within the years of 1995-2010. It also reflects on the limits that federated units has to act in the

international scenario, as well on their relations with the federal government. This analysis focus on

MT, for the fact that it is a state with a strong action in the international context, for being a great commodities exporter, and also for sharing border with Bolivia, a country which MT has frequent relations with.

Key words: Federated Diplomacy, International Relations, Mato Grosso

Introdução:

Este artigo faz uma reflexão sobre as ações internacionais do estado de Mato Grosso (MT) no período entre 1995-2010, período de grande prosperidade econômica. Como se sabe, Mato Grosso é um dos estados da federação que mais exporta, em 2009 ficou em 7ºⁱ lugar entre os estados brasileiros. Figura entre os maiores produtores de carne, soja, arroz, milho, algodão e outras *commodities*. Desta forma, atrai para si grandes empresas multinacionais que realizam diversos investimentos no agronegócio. Entendemos que, principalmente pela posição de

* Professor Mestre, Coordenador do Curso de Direito do UNIVAG

ISSN 1980-7341

destaque nas exportações brasileiras, as ações externas do estado passaram a ter uma importância anteriormente nunca alcançada.

Destaca-se ainda o fato de ser vizinho da Bolívia, com quem mantém relações frequentes. Veremos que tal fronteira possui um movimento muito intenso e obriga o governo de Mato Grosso, em muitas situações, a tratar dos mais variados assuntos diretamente com o governo Boliviano. Na agenda MT – Bolívia estão presentes assuntos que vão desde energia, segurança, vigilância sanitária, turismo até o comércio bilateral.

Importante ressaltar a dimensão ambiental do estado, que tem em parte do seu território a Amazônia Legal e o Pantanal – dois ecossistemas que chamam a atenção do mundo todo, assim como de várias ONG's e indústrias que enviam seus representantes para estudar e até mesmo fiscalizá-los.

Em meio a toda essa movimentação mostraremos ainda a existência de uma corrente teórica que defende uma maior participação de governos não centrais nas relações exteriores; desta forma as relações internacionais deixaria de ser exclusividade dos governos centrais.

Desenvolvimento:

Contexto Histórico e a Teoria:

O período estudado compreendeu os anos de 1995 a 2010. Ele se justifica por ter sido um momento de grande movimentação internacional vivida pelo estado de Mato Grosso; houve um grande salto no comércio internacional – o que colocou o estado em destaque no mundo como sendo o “celeiro” do Brasil –, e uma grande transformação na infra-estrutura interna, que se moldou para atender as necessidades das empresas que aqui se instalavam.

O momento histórico abarcou, a administração de quatro governadores, a saber: Dante de Oliveira (1995-2002), Rogério Sales (6/4/2002 - 31/12/2002), Blairo Maggi (2003-2010) e Silval Barbosa (31/03/2010 - 31/12/2010).

A teoria que defende a ideia de uma maior participação das unidades da federação nas ações internacionais será denominada aqui de Diplomacia Federativa. Importante destacar que existem muitas outras terminologias para tratar do mesmo assunto. Citamos algumas delas: governos subnacionais, governos não centrais, unidades subnacionais, subestatal,

ISSN 1980-7341

mesogovernos, política externa federativa, microdiplomacia e paradiplomacia. Em sua tese de doutorado, Rodriguesⁱⁱ relata essa grande variedade terminológica e destaca ainda a expressão unidades constituinte (*constituent units*) defendida por John Kincaid; bem como os termos unidades integrantes, unidades federadas ou entes federados, usados pelos seguintes juristas: Alexandre Moraes, Celso Bastos, Dalmo Dallari, Manuel Gonçalves Ferreira e Michel Temer.

Neste trabalho não adentraremos nos detalhes das terminologias acima apontadas o crucial para nós é antes, entender as ações internacionais dos entes federados, em particular o estado de Mato Grosso, a discutir aprofundadamente sobre a questão da nomenclatura.

A definição de *diplomacia federativa* que norteará os nossos estudos será a seguinte: é a diplomacia federal concebida e desenvolvida pelo Itamaraty, voltada às ações internacionais de governos subnacionais e atores não governamentais com o intuito de submetê-las aos controles ou às balizas dadas pelas normas constitucionais e definidas pelo interesse nacional, enquanto estratégia federal de inserção internacional do Paísⁱⁱⁱ.

Veremos agora a opinião de alguns autores sobre qual teria sido o momento de fortalecimento dessa concepção teórica. Para Farias^{iv}, a atuação dos “Governos não Centrais” (GNCs) no cenário externo, tem evoluído bastante no Brasil desde a Constituição de 1988, essa situação vem gerando uma revisão da concepção que limita a participação destes atores nas Relações Internacionais, considerando-as competência exclusiva do Governo Federal^v. A autora ainda nos diz o seguinte:

“Inúmeros atores não estatais têm sido apontados como agentes ativos nas relações econômicas e políticas internacionais. Além das chamadas ONGs (organizações não governamentais) e das empresas transnacionais, há também uma outra ordem de atores sub-nacionais atuantes no meio internacional: municípios, sub-regiões e, no caso de sistemas federados, os Estados Membros. Essa discussão ganha em interesse quando se trata de países territorialmente extensos e de regime Federalista, como por exemplo o Brasil, onde os interesses de cada Estado Membro podem ser bastante diversos. Essa diversidade

ISSN 1980-7341

de interesses dificulta a formulação de políticas unitárias e centralizadoras.”^{vi}

Celso Lafer, em seu livro *Paradoxos e Possibilidades*, já sinalizava essa nova ordem bem antes da Constituição de 1988, como podemos ver abaixo:

“Em síntese, a perspectiva ora em exame reconhece a relevância do Estado como ator preponderante na vida das Relações Internacionais, porém registra o aparecimento do fenômeno transnacional, isto é, de assuntos de relevância transnacional não canalizados necessariamente de Estado para Estado, mas que atuam no âmbito das diferentes sociedades civis. Classes, empresas, idéias, partidos, associações profissionais, órgãos da comunidade de informações e segurança, que atuam em vários países de forma paragovernamental – como a CIA -, são protagonistas no campo das Relações Internacionais, que atuam por caminhos e formas próprias e que, por isso, agregam uma dimensão transnacional às relações interestatais.”^{vii}

Lafer reitera e não deixa dúvidas quanto ao desgaste da idéia de Soberania idealizada sob a Lógica de Westfália, no mesmo livro, no tópico denominado *As Nações Unidas e a Pax Americana*, volta a desconstruir e aponta dois pontos fundamentais que levam à corrosão do referido conceito, quais sejam: as necessidades e dilemas da cooperação internacional e, também, o transnacionalismo. A respeito do primeiro nos diz:

“Em síntese – esta é a conclusão - , creio que estamos a presenciar, hoje, os limites reais da Lógica de Westfália, limites que penso poder formular nos seguintes termos: os Estados não são auto-suficientes

ISSN 1980-7341

mas sim inter-relacionados; este inter-relacionamento mina o conceito clássico de soberania e exige a cooperação"^{viii}.

Sobre o segundo arremata:

“A outra vertente que mina o conceito clássico de soberania é o **transnacionalismo (grifo do autor)**, isto é, aquelas relações que não transitam necessariamente pelos canais diplomáticos do Estado, mas que influem nas sociedades e revelam que nenhum estado é auto-suficiente. Classes, empresas, valores e idéias, partidos, associações profissionais, grupos de pressão, são todos protagonistas no campo das relações internacionais, que agem por formas e caminhos próprios, agregando, por isso mesmo, uma significativa dimensão transnacional às relações internacionais”^{ix}.

Diante das afirmações de Lafer, entendemos que o aparecimento e posterior fortalecimento, da idéia de diplomacia federativa vêm ao encontro de um novo contexto externo em que os Estados Nação vêm deixando de ser o único protagonista no cenário mundial, em que pese - os Estados, ainda serem considerados os principais atores para o Direito Público Internacional.

Como prova desse processo histórico, que coloca em destaque a diplomacia federativa, Maia e Farias sintetizam:

“A partir da década de 1970 acontecimentos de grande repercussão no cenário econômico mundial favoreceram o desabrochar do lado internacional dos chamados governos não centrais ou governos subnacionais: unidades que compõem a federação: estados-membros, cantões, províncias, Lander, etc. Entre esses acontecimentos, seriam

ISSN 1980-7341

os mais importantes: as crises ligadas ao petróleo; mudanças tecnológicas principalmente na área das telecomunicações; aumento das pressões para a diminuição de barreiras protecionistas; maior influência econômica de empresas transnacionais; formação e consolidação de grandes blocos econômicos entre outros.

Este último ponto, a consolidação de blocos econômicos, teve impacto imediato em várias Federações, (...) o Brasil e a Argentina no âmbito do MERCOSUL (...). As fronteiras geográficas entre esses países deixaram de ser vistas como uma preocupação imediata de segurança nacional, para serem analisadas tendo em vista o mercado para exportações e investimentos.(...)

Os governos subnacionais brasileiros, no caso, estados - membros da Federação, não são juridicamente soberanos, mas sua autonomia e a presente conjuntura econômica tem fomentado o interesse desses entes de modo a buscarem participar da arena internacional de forma direta. Inserção internacional dos estados brasileiros somente se materializou com a redemocratização operada a partir da segunda metade da década de 1980. Desde então, vários estados-membros têm buscado, com a aprovação tácita do Governo Federal, incrementar sua situação econômica através do relacionamento direto com outros atores, como países ou governos subnacionais de outros países.”^x

Fica claro até aqui que a idéia de diplomacia federativa ganhou força na agenda mundial com o fortalecimento do comércio e da economia internacional. Neste sentido, a relação do fortalecimento da mesma, com os regimes democráticos não pode ser vista de forma absoluta, uma vez que podem ser encontrados na história, ao menos brasileira, exemplos de ações internacionais de entes federativos durante o período de ditadura^{xi}.

Encontramos também em Pereira^{xii}, ainda que de forma muito genérica e sem a presença de uma análise mais detalhada, a afirmação de que as mudanças planetárias causadas pela globalização são:

ISSN 1980-7341

o enfraquecimento do Estado Nação, por conta da diminuição de sua soberania; o fortalecimento do direito internacional público; o surgimento e fortalecimento de diversos atores em Relações Internacionais (governos subnacionais, empresas transnacionais, organizações não governamentais) e o aumento dos fluxos de informações, de capitais, de tecnologias, e de pessoas^{xiii}.

Todas essas mudanças, ainda segundo Pereira, são reflexos diretos dos avanços tecnológicos nas áreas de comunicação e informática, da desregulamentação e da mobilidade do capital financeiro, da abertura comercial, da formação de blocos econômicos, e do esgotamento do socialismo real soviético.

Ainda dentro de uma perspectiva histórica, Farias^{xiv} também aponta alguns acontecimentos que foram importantes para o florescimento das relações internacionais dos governos não centrais (GNCs). Para ela, eventos ocorridos a partir da década de 1970, como as transformações tecnológicas (principalmente na área das comunicações), crises ligadas ao petróleo, aumento de pressões para a diminuição de barreiras protecionistas, o aumento do fluxo de capitais entre os países, o fim da preocupação imediata com a segurança nacional, a maior influência econômica de empresas transnacionais e a formação e consolidação de grandes blocos, foram importantes para fortalecer essa nova perspectiva de atuação dos GNCs.

Para a autora, o movimento ocorrido ao longo da segunda metade do século XX, quais sejam o fim do condicionamento das políticas externas baseadas em questões de segurança e a grande volatilidade do capital financeiro, bem como o fortalecimento das relações econômicas entre os países, passou a exigir uma máquina burocrática mais ágil que nem sempre os governos centrais (GC) possuíam, mas que foi encontrada nos GNCs.

Mesmo os fatores econômicos sendo preponderantes nas relações internacionais dos GNCs, Farias lembra que não é o único que deve ser considerado, uma vez que questões culturais, de combate às drogas, ambientais e humanitárias também devem ser considerados. Já Pereira^{xv}, em sua análise, tende também a dar mais importância aos fatores econômicos quando conclui

ISSN 1980-7341

que a diplomacia federativa dá ensejo à possibilidade de os governos locais promoverem ações externas com vistas a fomentar o desenvolvimento de empresas sediadas nos seus respectivos territórios.

Rodrigues menciona, ainda, as questões ligadas ao meio ambiente, saúde e educação como no trecho abaixo, ao destacar que as mesmas foram temas importantes que fortaleceram a participação dos GNC, quando se tornaram pauta de uma nova agenda internacional:

“Meio ambiente, urbanização e temas sociais, como educação e saúde, conquistaram um novo *status* em que os governos subnacionais passaram a ter um papel fundamental. As cidades se destacaram nesses novos debates, pois o adensamento demográfico se agudiza nos grandes entornos urbanos, nas regiões metropolitanas, que em vários países concentram mais de 50% de sua população e os mais difíceis problemas e desafios do desenvolvimento sustentável têm aí seus nós górdios.”^{xvi}

Por fim podemos mencionar ainda artigo de Saraiva^{xvii}, que aponta a participação dos entes federados nas relações exteriores do Brasil:

Há que se fazer ressaltar a necessidade de uma profunda revisão dos paradigmas que orientam as relações internacionais dos estados federativos. Esse movimento vem acontecendo, em escala diferenciada, em todo o mundo e expressa a elevação gradual de *status quo* dos entes federativos ou das unidades subnacionais no processo de gestação das relações internacionais do mundo contemporâneo.

No caso brasileiro, a chamada paradiplomacia dos entes federativos vem demonstrando vigor excepcional nos últimos anos, sinalizando fenômeno original na conformação do processo decisório da política

ISSN 1980-7341

exterior e comercial do país. Inédita é a introdução de um certo “federalismo social”, em torno do qual a autoridade política descentralizada atua mais próxima às realidades e interesses socialmente constituídos. Essa nova dimensão, que emerge na base das transformações que ocorrem nos planos mais locais da vida federativa, vem impregnando positivamente a gestão do estado^{xviii}.

Desta forma, podemos concluir que, de fato, no contexto internacional atual, encontramos novos atores, entre eles, os governos não centrais. No cenário brasileiro tal situação ganhou grande dimensão e reconhecimento, inclusive do Itamaraty que criou escritórios de representação em algumas unidades da federação.

Segundo o próprio site do Itamaraty^{xix} hoje são, ao todo, oito escritórios de representações, a saber: Escritório de Representação em Minas Gerais (EREMINAS), Escritório de Representação no Paraná (EREPAR), Escritório de Representação em Santa Catarina (ERESC), Escritório de Representação na Região Norte (ERENOR), Escritório de Representação no Rio Grande do Sul (ERESUL), Escritório de Representação no Nordeste (ERENE), Escritório de Representação no Rio de Janeiro (ERERIO) e Escritório de Representação em São Paulo (ERESP). Como veremos no presente trabalho, em capítulo específico, a criação de tais escritórios passou pelo reconhecimento, do Ministério de Relações Exteriores, de que, não só os estados federados, mais também os municípios, estavam atuando com mais ênfase no cenário internacional e que, por isso mesmo, deveriam ser auxiliados e orientados.

Para demonstrar que as ações internacionais dos entes federados ganham ou passam a ter certa visibilidade, Saraiva lembra ainda, no mesmo artigo^{xx}, a criação em 1997 da *Assessoria de Assuntos Federativos*, no Ministério de Relações Exteriores, posteriormente chamada de *Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares*. Bem como a criação, no início do governo Lula, da *Subchefia de Assuntos Federativos* ligada à Presidência da República.

As Ações Internacionais de Mato Grosso:

Apresentada as questões teóricas acima, passemos agora ao cenário mato-grossense. Muitas foram as ações promovidas no cenário internacional. Focaremos os nossos esforços para

ISSN 1980-7341

analisar dois projetos que deram grande visibilidade ao estado de MT, ambos relacionados à política, comercial e de segurança, quais sejam: o combate à aftosa e o GEFron, respectivamente.

Exemplo de sucesso, principalmente porque conseguiu proporcionar um grande retorno financeiro ao estado, foi o combate a febre aftosa^{xxi}, desenvolvida no Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA), sob a presidência do Dr. Enio José de Arruda Martins, médico veterinário, que foi o presidente do Instituto entre os anos de 1995 a 2002.

O objetivo naquele momento era fazer com que Mato Grosso se tornasse região livre da febre aftosa, situação essa que permitiria imediato aumento nas exportações de carne, uma vez que mercados como a Europa, por exemplo, tinham a erradicação da doença como pré-requisito para que a exportações fossem aceitas.

Com a erradicação da doença Mato Grosso poderia implementar mais uma cadeia produtiva, a da carne, atraindo para a região novos criadores e também frigoríficos, necessários para atender a demanda do mercado externo que se abriria.

Segundo Martins, antes de 1995 o estado de Mato Grosso não tinha a permissão para comercializar carne “in natura” para os países membros da União Europeia, por não atender as condições sanitárias exigidas pelos países membros, desde então erradicação da doença foi vista pelo governo estadual como prioridade. Sendo assim, a partir de 1995 MT priorizou o programa nacional de erradicação da febre aftosa e implementou as ações indicadas pelo Ministério da Agricultura.

O ponto alto desta empreitada se deu quando em 24 de maio de 2000 o ministro da agricultura e do abastecimento do Brasil, Pratini de Moraes, declarou e a Organização Internacional de Epizootias, com sede em Paris, homologou, o estado de Mato Grosso como sendo zona livre da aftosa.

Para que esse objetivo fosse alcançado uma série de ações foram realizadas, como as mencionadas acima; neste momento cabe destacar a intensa relação com a Bolívia durante todo o combate a aftosa. Martins não titubeia ao dizer que sem o apoio das autoridades bolivianas Mato Grosso não conseguiria êxito em seu objetivo. O apoio dos bolivianos foi essencial para a criação de um cordão fito-sanitário eficiente, que vacinava e fiscalizava a fronteira.

ISSN 1980-7341

Outra ação realizada na fronteira com a Bolívia, por MT, tinha foco na segurança. O Grupo Especial de Fronteira (GEFron)^{xxii} previa o trabalho integrado da Polícia Militar, Civil e o Corpo de Bombeiros, em uma região de 980 Km de extensão, sendo 750 Km de limite seco e 230 Km de limite aquático, constituída de 25 municípios e uma população de 240.000 habitantes, com uma economia pujante na produção de grãos e criação de gado.

O GEFron tem como objetivos a integração das ações policiais, redução de ameaças e riscos para produtores rurais e condutores de veículos, diminuição da participação de policiais com o crime, predominância da legalidade nas atividades desenvolvidas na região, redução da criminalidade em Mato Grosso e em outros estados da Federação e a interação policial com a comunidade.

A fronteira com a Bolívia sempre foi motivo de preocupação para as autoridades constituídas, sejam federais, estaduais ou municipais. Prova disso são as ações do exército desenvolvidas em conjunto com as polícias estaduais e federais. Em reportagem do jornal “Diário de Cuiabá”^{xxiii}, temos o relato da atuação do exército, polícia federal e estadual na operação Cadeado III, que teve como objetivo *o combate a delitos fronteiriços entre Mato Grosso e Bolívia*, principalmente os relacionados ao contrabando de armas, drogas e crimes ambientais. A área de atuação da operação segundo o tenente coronel do exército Elto Olímpio Valich foi (...) *desde o sul de Cáceres ao norte de Comodoro. É uma extensão de 400 quilômetros, abrangendo, inclusive, rodovias federais e estradas vicinais*. A operação empregou 1500 militares e envolveu, além do Exército, Polícia Militar e Civil, a Polícia Rodoviária Federal, o Corpo de Bombeiros, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A operação Cadeado III deu prosseguimento as Cadeado I e II, que ocorreram em maio e novembro de 2007 respectivamente, todas com o objetivo de proporcionar alguma segurança em uma região que é apontada como um dos principais corredores do tráfego de entorpecentes do país. Importante destacar que além do patrulhamento terrestre também foi feito o aéreo e fluvial nessas operações.

ISSN 1980-7341

Vejamos agora alguns depoimentos de autoridades da região da fronteira sobre os resultados proporcionados pela implantação do GEFRON. Neles veremos as duas realidades completamente diferentes e que têm como marco a implantação do grupamento^{xxiv}:

O Grupamento Especial de Fronteira representa um aparato da segurança pública que veio incrementar significativamente no sentido de exercer uma ação ostensiva de vigilância pela fronteira brasileira, principalmente na parte de Mato Grosso com a Bolívia. Isso contribuiu sensivelmente na redução de operações clandestinas na região de fronteira, como o narcotráfico e até com a segurança as propriedades que eram objetos de assaltos e outras intervenções por parte de meliantes. Houve uma melhora significativa em toda segurança pública na região de fronteira^{xxv}.

El consulado de Bolívia en Cuiabá, conocedor Del desempeño eficiente que viene desarrollando la GEFRON, en La responsabilidad de Coronel Sales, en el ejercicio de sus funciones del control fronterizo y sobretudo, de las resultado obtenidos en el flujo migratorio y de buen desempeño humano, lo que ha permitido obtener resultados de seguridad en la ciudadanía fronteriza, consiguiendo con esto, acompaña a las estrategias de integración ente ambos pueblos; es que me permito en este aniversario de su creación, felicitarlos y asimismo, desearles lo mejor para los años venideros^{xxvi}.

Conclusão:

Em que pese os exemplos mencionados acima terem alcançado sucesso na sua implementação, destacamos que fatores políticos e jurídicos muitas vezes impedem o bom andamento das ações internacionais dos estados federados.

No caso de Mato Grosso, outro ponto gerador de dificuldade deve ser destacado, qual seja, a falta de um corpo técnico burocrático qualificado para criar e implementar ações externas; bem como a ausência de um departamento ou secretaria que pudesse absorver todos esses funcionários.

A implantação deste aparato institucional, entendemos, é necessário por ser este um fator de grande importância para o sucesso e continuidade das ações internacionais de Mato Grosso. Aliás, de forma geral, a falta de um corpo técnico qualificado dentro do funcionalismo

ISSN 1980-7341

público, vem sendo destacado em vários momentos pelos governadores que administram MT no período estudado. Essa dificuldade é apontada também por Mariano e Barreto na seguinte passagem:

(...) uma grande questão que se apresenta é a de como operacionalizar a descentralização das atividades de promoção do desenvolvimento e de gestão das relações internacionais, tendo em vista que os níveis de governo são estruturalmente frágeis nas suas relações bilaterais e multilaterais.

(...)

Para tentar suprir essa fragilidade estrutural, um recurso utilizado por muitas instâncias subnacionais de governo para viabilizar sua inserção internacional tem sido o de atuação em redes de cidades, de regiões ou de autoridades locais e/ou regionais^{xxvii}.

Diante do narrado acima, serve o presente artigo para, antes de mais nada, alertar aos governantes da necessidade de se pensar as ações internacionais de MT de uma forma profissional. Deve-se aproveitar o momento, de grande recepção por parte do governo central nas ações internacionais das unidades da federação, e pensar qual como é que MT deve-se projetar internacionalmente.

ⁱ - Dados da Federação das Indústrias de Mato Grosso (FIENT) acessados em 25/03/09 <http://www.fiemt.com.br/ns/mostra.php?noticia=1791>

ⁱⁱ - RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de estados e municípios brasileiros*. PUC-SP. 2004. pp. 27-42.

ⁱⁱⁱ - *Ibidem* p. 40

^{iv} - FARIAS, Déborah Barros Leal. *Federalismo e Relações Internacionais*. Dissertação de Mestrado. UNB – Universidade de Brasília, novembro de 2000.

^v - *Ibidem* p. 5

^{vi} - *Ibidem* p. 9

^{vii} - LAFER, Celso. *Paradoxos e Possibilidades*. Ed. Nova Fronteira. RJ, p. 24. 1982.

^{viii} - *Ibidem* p. 79

^{ix} - *Ibidem* p. 80

^x - MAIA, José Nelson Bessa e FARIAS, Déborah Barros Leal. *Do Nacional-Desenvolvimentismo à Internacionalização do Brasil Subnacional: o caso do Ceará*. Ed. Livro técnico, Fortaleza, pp. 53,54. 2006.

^{xi} - Durante o início da década de 70, a convite da Organização das Cooperativas de São Paulo, um grupo do ZENCOREN (Federação Nacional das Cooperativas de Compras do Japão) visitou o Brasil com o objetivo de estudar a viabilidade de se desenvolver a agricultura no Brasil. (...) O PRODECER (Programa de Cooperação Nipo – Brasileiro para o desenvolvimento dos Cerrados) foi idealizado em 1974. Os anos de 1974 a 1977 foram de entendimentos, acordos e amadurecimento do projeto, para então em 1978 dar início concreto às atividades no cerrado, local que até então era considerado impróprio para agricultura. Financiamento – Os recursos recursos japoneses vieram de fontes institucionais do governo e dos bancos privados, liderado pelo Long Term Credit Bank, que são os co-financiadores. Os projetos-piloto foram financiados pela Japan International Cooperation Agency (JICA) e o projeto de expansão pelo Overseas Economic Cooperation Foud (OECF). (...) PRODECER II – o projeto foi iniciado em 1985, abrangeu uma área maior que o primeiro projeto, forma 200 mil hectares de

ISSN 1980-7341

cerrado nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os investimentos japoneses foram de US\$ 350 milhões. Fonte: [HTTP://www.prodecer.com.br/oprodecer.html](http://www.prodecer.com.br/oprodecer.html). Acessado em 23/00/2010.

^{xii} - PEREIRA, José Alexandre Lopes. *Diplomacia Federativa: o escritório de representação do Itamaraty na cidade de São Paulo, motivações e perspectivas*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP 2004.

^{xiii} - *Ibidem* pp. 12, 13.

^{xiv} - FARIAS, Déborah Barros Leal. *Federalismo e Relações Internacionais*. Dissertação de Mestrado. UNB – Universidade de Brasília, p. 20. 2000.

^{xv} - PEREIRA, José Alexandre Lopes. *Diplomacia Federativa: o escritório de representação do Itamaraty na cidade de São Paulo, motivações e perspectivas*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, p. 6. 2004.

^{xvi} - *Ibidem* p. 50

^{xvii} - SARAIVA, José Flávio Sombra. A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 47, v. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2004.

^{xviii} - *Ibidem* pp. 132, 133.

^{xix} - Dados Itamaraty acessado em 20/05/09
http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=378

^{xx} - SARAIVA, José Flávio Sombra. A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 47, v. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p.133. 2004.

^{xxi} - Definição de febre aftosa pelo Dr. Enio José de Arruda Martins: *É uma doença viral, altamente contagiosa, que ataca bovinos como também suínos, caprinos, ovinos, bubalinos e animais silvestres. A contaminação se dá através de contato direto de animais doentes com os sãos ou vice-versa.*

^{xxii} - As informações sobre a missão, justificativa e objetivos da criação do GEFRon foram obtidas no site do governo do estado de Mato Grosso
<http://www.seguranca.mt.gov.br/gefron.php?PHPSESSID=a2f24b6ce6a7a03132da117418adf4c0>) acessado no dia 29/05/2008.

^{xxiii} - Jornal Diário de Cuiabá, *Operação do exército tem 700 homens*, dia 04/06/08. Da reportagem Joalice de Jesus.

^{xxiv} - GEFRON notícias. Informativo do Grupo Especial de Fronteira. Dezembro de 2004.

^{xxv} - *Ibidem* p. 1. Deputado Federal Pedro Henry.

^{xxvi} - *Ibidem* p. 1. Cônsul da Bolívia em Cuiabá Edmundo Pilar Roca Beck.

^{xxvii} - MARIANO, Marcelo Passini e BARRETO, Maria Inês. *Questão Subnacional e Integração Regional: o caso do MERCOSUL*. In *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. Organizadores: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passini. São Paulo:EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru, SP: EDUSC, pp. 25, 26. 2004.